



Internacionalização sob critérios hegemônicos: reflexões sobre a área de Serviço Social no CAPES-Print

Internationalization under hegemonic criteria: analyzing Brazilian Social
Work field through the CAPES-Print program

Rafael Vieira Teixeira*  

Janaina Lopes do Nascimento Duarte**  

Resumo: Apresenta-se resultados da pesquisa de pós-doutorado sobre a internacionalização da área de Serviço Social no CAPES-Print. O objetivo foi analisar o acúmulo da área frente aos critérios e prioridades do Programa. O estudo documental baseou-se em dados oficiais disponíveis nas páginas oficiais da CAPES, das Instituições e dos Programas de Pós-Graduação (PPG's) envolvidos. Identificou-se tendência de subordinação dos PPG's aos critérios do Print e indícios de ações de cooperação internacional estrategicamente baseadas nos princípios do Projeto Ético Político Profissional.

Palavras-chaves: Pós-graduação; Serviço Social; Internacionalização; CAPES-Print.

Abstract: We share results of research on the internationalization of the Social Work field in the CAPES-Print Program. We analyzed the experiences of the field within the criteria and priorities of this Program. We found a strong tendency to subordinate graduate program to the established criteria. At the same time, however, we noted the experience of the Brazilian Social Work Project, which was a milestone in history. We believe that some choices follow the values of the project and express a strategic intention to carry out internationalization in an internationalist way.

Keywords: Graduate; Social Work; Internationalisation; CAPES-Print.

* Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: rafael.v.teixeira@ufes.br

** Universidade de Brasília. E-mail: jana.lopesduarte@gmail.com

Introdução

Apresentam-se, neste texto, os resultados de pesquisa cujo tema foi a internacionalização da pós-graduação na área de Serviço Social no Brasil. Objetivando analisar este processo na atualidade, elegemos¹ o Programa CAPES-Print² (CAPES, 2017) para investigar a internacionalização dos Programas de Pós-Graduação (PPG's) da área 32 (Serviço Social).

O estudo bibliográfico sobre o tema constituiu parte fundamental no processo, e a coleta de dados decorreu de pesquisa documental na página eletrônica oficial da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação), no período entre agosto de 2024 a novembro de 2025. Em um primeiro momento, focamos a busca por conhecer a concepção de internacionalização presente nas publicações da agência. Dentre outras, as regulamentações que sustentam o Programa CAPES-Print foram significativas, a fim de detectar os fundamentos hegemônicos sobre a perspectiva de internacionalização. O passo seguinte consistiu em conhecer as IES (Instituições de Ensino Superior) e os PPG's (Programas de Pós-Graduação) participantes do Programa, com foco nos PPG's da área de Serviço Social. Assim, incluímos na busca documental os sites oficiais dessas IES e de seus respectivos PPG's, coletando informações sobre propostas institucionais de internacionalização e a participação dos programas da área 32 no CAPES-Print.

A partir da coleta passamos ao processo de sistematização e análise, quando elaboramos algumas planilhas. Com os dados extraídos e organizados a partir de tabelas e quadros, e amparados na permanente revisão bibliográfica, analisamos os principais achados sobre a atuação dos PPG's da área de Serviço Social no CAPES-Print, acreditando que contribuímos com reflexões consistentes.

Além desta introdução, o artigo traz mais 03 seções, e considerações finais: 1) contextualização do Programa CAPES-Print na atual conjuntura, em que problematizamos as tendências em curso para a pós-graduação e, conseqüentemente, para a internacionalização. Na trilha de Florestan Fernandes (2010), discutimos a universidade e seus dilemas na relação com as estratégias adotadas pelos países, reconhecendo que a internacionalização é parte da geoeconomia política inerente ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo; 2)

¹ De acordo com Leão, Nogueira e Castro (2024, p. 99), desde 2017, quando a CAPES destinou aproximadamente R\$ 1 bilhão para impulsionar a internacionalização das Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras, o CAPES-Print “se tornou o principal instrumento de internacionalização dos programas de Pós-graduação”. A alta relevância do CAPES-Print também pode ser constatada na página oficial da CAPES. Dentre as ações de internacionalização listadas de 2020 a 2024, o CAPES-Print aparece como a primeira em todos os anos. Vale menção, ainda, o fato das ações do CAPES-Print terem findado, efetivamente, em 2025, mesmo ano em que foi lançado seu correlato, o Programa Redes para Internacionalização Institucional CAPES-Global.Edu (Portaria GAB/CAPES nº 74, de 28 de Março de 2025).

² Programa Institucional de Internacionalização Capes-PrInt, instituído pelo Edital nº. 41/2017 (CAPES, 2017).

apresentamos uma breve digressão histórica do Serviço Social Brasileiro, com foco nos fundamentos que embasaram o desenvolvimento do Serviço Social enquanto área de conhecimento, e sua crescente atuação na pós-graduação; 3) analisamos a participação dos PPG's da área de Serviço Social no CAPES-Print. Nas considerações finais, sintetizamos os principais achados, fortalecendo a perspectiva internacionalista da Área, frente aos critérios hegemônicos adotados pela CAPES.

Pós-graduação, CAPES-Print e a concepção hegemônica de internacionalização da Educação Superior

De acordo com Leher e Santos (2023), desde o começo da ditadura empresarial-militar de 1964, a internacionalização da pós-graduação constitui parte do projeto heterônimo de desenvolvimento adotado no Brasil. Conforme os autores, em 1986, com o III Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), “a internacionalização passou ser concebida como uma variável chave e definitiva do prestígio do pesquisador, do grupo, do centro ou da instituição [...]” (Leher; Santos, 2023, p. 16). Os autores ainda explicam que nos PNPG's seguintes a internacionalização passou a ocupar cada vez mais uma posição central, no tocante às prioridades de desenvolvimento da pós-graduação, mantendo, contudo, uma direção subordinada aos interesses imperialistas.

Na mesma direção, Knobel *et al.* (2020, p. 674) argumentam que:

a implementação de políticas dependentes de relações internacionais se confunde com o próprio desenvolvimento do sistema, haja vista a participação de atores externos – sobretudo os Estados Unidos – em processos históricos determinantes, como [...] na expansão e na consolidação da pós-graduação *stricto sensu*.

Assim, podemos inferir que o tema internacionalização da educação superior vem ganhando notoriedade, quase sempre conectado à pós-graduação *stricto sensu*. A pós-graduação no Brasil se constitui e desenvolve subordinada à particularidade de uma economia periférica e dependente e, na atualidade, o desenvolvimento da pós-graduação continua a seguir diretrizes assumidas desde os Planos Nacionais do período empresarial-militar. Podemos também entender que a pós-graduação, no Brasil, enquanto política pública, ocorre majoritariamente nas universidades públicas e sob financiamento público-estatal (Leher; Santos, 2023).

Convém, então, considerar que a importância crescente da internacionalização da pós-graduação está contida em um contexto histórico no qual as políticas neoliberais avançam mundialmente, impactando as políticas públicas e sociais. Segundo Knobel *et al.* (2020, p. 674, grifos nossos):

[...] foi a partir dos anos 2000 que o significado e as funções designadas à internacionalização adquiriram *novas conotações* no Brasil. Como reflexo das *reconfigurações na educação superior mundial*, o processo tem se tornado cada vez mais intencional, sistemático [...], frequentemente referenciado pelos discursos políticos e acadêmicos dominantes como um imperativo [...] para que o país se integre à chamada ‘economia global do conhecimento’.

Com base em Dierckxsens e Piqueras (2018, p. 105) afirmamos que as reconfigurações na educação superior a partir do final do século XX e início do XXI tem como causalidade uma série prolongada de queda nas taxas de lucro em nível mundial, denotando tendência ao esgotamento da reprodução do capital ao nível da totalidade, a qual configura uma “situação de crise estrutural mundial”. E, assim, de acordo com Duarte (2020, p. 27),

[...] a educação superior vem se constituindo como política estratégica do projeto de reestruturação e mundialização do capital em tempos de crise, pois se compõe como espaço amplo de acumulação e, ao mesmo tempo, atende à requisição de formação profissional de um perfil compatível com os interesses capitalistas em cenário de crise.

Neste contexto, as pesquisas, sobretudo as que levam à rápida aplicação, passam a ser objeto de obsessão pelas corporações, pelas cúpulas das classes dominantes e pelos gestores que atuam na formulação de políticas institucionais. Isto amplia a importância da internacionalização na pós-graduação, porém com viés cada vez mais subordinado às necessidades da acumulação, sob inequívoca apropriação instrumental e competitiva do processo de produção e partilha do conhecimento. (Dierckxsens; Piqueras, 2018)

No Brasil, o protagonismo estatal na indução das políticas de pesquisa e pós-graduação, assim como nas demais políticas educacionais, tem sido subordinado aos critérios macroeconômicos neoliberais. Esta realidade se mostra através de cortes e contingenciamentos orçamentários que priorizam compromissos com rentistas, impactando a internacionalização. Como anotam Moreira e Ribeiro (2022), para uma lógica crescentemente privatista e competitiva:

[...] há uma explícita opção pelo aprofundamento das políticas de austeridade fiscal, que se materializaram, sobretudo, nos sucessivos contingenciamentos e cortes no orçamento, em particular para a Educação. Nesse sentido, se no início da década a temática da internacionalização da Educação Superior emergia atrelada a uma política de Estado, sua permanência enquanto elemento da política educacional sugere a prevalência de uma perspectiva que a concebe como um bem privado, capaz de garantir diferenciação social [...] (Moreira; Ribeiro, 2022, p. 4).

Considerando também o padrão dependente educacional brasileiro³, o estímulo à internacionalização neste contexto restritivo de investimentos públicos, implica critérios ainda

³ Como afirma Fernandes (2010, p. 267), “as universidades das nações subdesenvolvidas também estão inseridas nas relações de dependência e concorrem para preservar as formas de subordinação cultural existentes”.

mais competitivos e individualizados, como *fatores de diferenciação social*. Podemos identificar que é precisamente neste ambiente que a CAPES fomenta e avalia os programas de pós-graduação no Brasil, elegendo a internacionalização como principal indicador de excelência⁴.

Todavia, apesar de aparecer como indicador central para o desenvolvimento da pós-graduação, é interessante notar que a internacionalização não é acompanhada por uma análise crítica de seus propósitos. Os documentos da CAPES analisados em nossa pesquisa não apresentam, explicitamente, uma concepção própria sobre a internacionalização almejada, tampouco sua vinculação às prioridades de desenvolvimento da nação. A pretensa isenção dos documentos a esse respeito sugere, na aparência, que esta não é uma questão importante e, principalmente, que os indicadores de avaliação são neutros. A nossa análise é que a opção por não posicionar uma concepção de maneira explícita indica, subliminarmente, a pretensão de fazer crer que uma dada concepção possa ser tomada como consensual, ou como um “*processo natural* de amadurecimento institucional em internacionalização” (CAPES; 2020a, p. 5, grifos nossos).

Mesmo não apresentando uma concepção fundamentada sobre o tema, a CAPES manifesta que trabalha com as distintas visões existentes em diversas áreas. No entanto, a produção objetiva do órgão se atém a um conjunto de prescrições em comum para avaliação da internacionalização em todas as áreas, produzindo: “[...] uma definição conceitual de internacionalização *voltada para o processo de avaliação* dos programas de pós-graduação, *abrangendo todas as áreas do conhecimento*” (CAPES; 2019). Parece sintomático, nesse sentido, que o relatório do Grupo de Trabalho Internacionalização⁵, elaborado em 2019, apresente apenas o conceito de “avaliação da internacionalização”, sem antes indicar o que entende por internacionalização:

A avaliação da internacionalização refere-se à forma e ao conteúdo da formação oferecida pelos programas de pós-graduação, indicada por pesquisa colaborativa multilateral, divulgação da produção intelectual, mobilidade de docentes e discentes em colaboração e atuação institucional, além de condições institucionais específicas de apoio (CAPES; 2019, p. 5, grifos nossos).

⁴ Vale destacar que os mais elevados conceitos do Órgão para avaliação dos programas de pós-graduação, as maiores notas, 6 e 7, “expressam excelência constatada em nível internacional” (CAPES, 2007, *on line*).

⁵ O Grupo de Trabalho Internacionalização foi instituído pela Portaria MEC Nº 277, de 24 de dezembro de 2018, tendo como objetivo “Definir *de maneira uniforme, para todas as áreas* de avaliação da CAPES, conceitos, variáveis e indicadores que representem o tema e a dimensão da internacionalização no processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*” (CAPES, 2019, p. 3, grifos nossos).

A partir disso, o Grupo de Trabalho (GT) apresenta diretrizes e indicadores para a avaliação da internacionalização, orientadas por quatro dimensões gerais: Pesquisa colaborativa, divulgação da produção intelectual, mobilidade de docentes e discentes, e atuação institucional (CAPES, 2019). Note-se que, dentre as quatro, apenas uma dimensão prioriza a internacionalização como um processo coletivo e estratégico: as condições institucionais. As demais, via de regra, são gerenciadas a partir dos currículos de pesquisadores/as.

As dimensões da pesquisa, da divulgação da produção e da mobilidade são avaliadas mediante indicadores quantitativos e individualizados, com efeito de hierarquizar o mérito acadêmico e científico. Assim, o GT define como indicadores, entre outros: quantidade de docentes e discentes partícipes em projetos de cooperação, sobretudo, com financiamento internacional; quantidade de publicações em veículos internacionais, associados aos fatores de impacto; número de docentes e discentes que visitam instituições internacionais e de docentes e discentes estrangeiros que visitaram instituições no Brasil, etc. (CAPES, 2019). Em resumo, todos estes indicadores são colhidos mediante a quantificação da participação dos indivíduos em ações de internacionalização.

Ademais, ao tratar das prioridades de acordos de cooperação e da busca por veículos de divulgação dos trabalhos, notamos que nos documentos são priorizados indicadores que aproximam os vetores de internacionalização aos interesses dos países centrais do capitalismo, ou, mais precisamente, como afirmam Leher e Santos (2023, p. 13), “as diretrizes e métricas de internacionalização reproduzem as assimetrias da geoeconomia política do conhecimento”. A título de exemplo, podemos identificar no excerto, extraído do Guia para Aceleração da Internacionalização (CAPES, 2020b), o que seriam as *lições apreendidas*, quais os *principais parceiros* e que sistemas devem ser *ajustados à realidade brasileira*:

[...] *lições apreendidas* com o primeiro Relatório do Programa Institucional de Internacionalização da CAPES – PrInt (em operação desde 2019), das orientações de mentoria do Projeto “Laboratório de Internacionalização” do American Council of Education (uma parceria recente entre a DRI e Comissão Fulbright para três instituições brasileiras), bem como de perspectivas de internacionalização resultantes da colaboração institucional dos *principais parceiros* Alemanha, Estados Unidos, França e Reino Unido (em ordem alfabética). A proposta é contribuir para que as instituições possam planejar as ações considerando [os] *principais sistemas de ranqueamento internacional de universidades (World Class Universities)*, [...] *ajustados à realidade brasileira* (CAPES, 2020a, p. 5, grifos nossos.)

Analisando criticamente este processo de internacionalização inspirado nas chamadas *World Class Universities*, Leher e Santos (2023) argumentam que o ranqueamento é parametrizado por agências e critérios construídos nos países que possuem posições de destaque nestes rankings, reproduzindo assimetrias e alimentando a heteronomia: “O grosso da

classificação e dos registros científicos está sob inequívoco controle monopólico” (Leher e Santos, 2023, p. 15). Enquanto instituições sediadas nos EUA e Reino Unido ocupam quase sempre a primeira e a segunda posição nestes rankings, os autores destacam que: “A despeito da excelência e da relevância das universidades públicas brasileiras, estas não se encaixam nos critérios de modo virtuoso; ainda assim, perseguem febrilmente um melhor lugar nos pelotões de frente dos rankings.” (Leher; Santos, 2023, p. 14)

Logo, podemos entender que o alinhamento à concepção hegemônica neoliberal se baseia em experiências internacionais dos países centrais do capitalismo, resultando em um processo desfavoravelmente competitivo para as nações periféricas e dependentes, e expresso por indicadores que ranqueiam as atividades acadêmicas a partir do acúmulo, da realidade e dos interesses daqueles países. Desta forma, o Programa CAPES-Print se estrutura sob as mesmas diretrizes gerais acolhidas pela CAPES.

Segundo o edital que inaugurou o CAPES-Print, o Programa

[...] visa à seleção de Projetos Institucionais de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior ou de Institutos de Pesquisa que tenham ao menos quatro (4) Programas de Pós-Graduação (PPG) recomendados pela Capes [...] entre os quais deverá haver, pelo menos, dois (2) com cursos de doutorado (CAPES, 2017, p. 1).

Verificamos que este Programa se dirige à dimensão das condições institucionais, dentre as que norteiam a avaliação da CAPES. De maneira construtiva, esta perspectiva induz à cooperação interna entre PPG's de uma mesma instituição, estabelecendo indicadores que invocam o planejamento institucional e que aproximam a perspectiva da internacionalização desde uma posição relacionada ao desenvolvimento da instituição em termos de uma política nacional. Por outro lado, seguindo os demais determinantes da avaliação da CAPES, sobressai a perspectiva de ranqueamento, com critérios competitivos e interessados principalmente na cooperação com países que se encontram em uma posição privilegiada na *geoeconomia política do conhecimento*. É assim, por exemplo, que o Anexo I do edital estabelece o que seriam os países prioritários, isto é, para os quais deveriam ser destinadas, pelo menos, 70% das propostas submetidas (CAPES, 2017).

No Quadro 1 vemos a distribuição dos países considerados estratégicos/prioritários por continentes, o que demonstra de maneira muito consistente que a prioridade é manter uma associação dependente em relação aos países de desenvolvimento capitalista avançado, principalmente da Europa Ocidental e América do Norte. Enquanto apenas a Argentina é considerada prioritária dentre os países sul-americanos, quase 70% dos países prioritários se encontra na Europa e na América do Norte, além de outros países da Ásia e da Oceania. E

apenas um país africano foi considerado estratégico/prioritário, mesmo com tantos afrodescendentes brasileiros.

Quadro 1: Países Estratégicos Prioritários CAPES-Print (Geral).

Continente		Qt.	Perc.	Países
África		1	4%	África do Sul
América	Norte	3	11%	Canadá, Estados Unidos, México
	Central	-	-	-
	Sul	1	4%	Argentina
Ásia		4	15%	China, Coreia do Sul, Índia, Japão
Europa		15	58%	Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Rússia, Suécia, Suíça
Oceania		2	8%	Austrália, Nova Zelândia
Total		26	100%	

Fonte: Elaboração própria com base no Anexo I do Edital 41/2017 (D.O.U 02/02/2018, Seção 3, p. 23).

Também condizente com os princípios da internacionalização assumida pela CAPES, o Print estabelece como critério de seleção de propostas a avaliação de mérito acadêmico e científico, baseando-se no ranqueamento. Estabelece, por exemplo, que as propostas demonstrem “[...] o grau de excelência dos Programas de Pós-graduação, inclusive o percentual de PPG’s com notas 5, 6 ou 7 na avaliação da Capes de 2017” (CAPES, 2017, p. 13).

Além disso, como já sinalizamos, o fomento está rigorosamente subordinado a contenções orçamentárias. Conforme o item 2.8 do Edital 41/2017, os projetos contemplados estão “[...] sujeitos a eventuais contingenciamentos orçamentários que repercutirem sobre a Capes. Em tais ocasiões, os Projetos Institucionais de Internacionalização deverão ser readequados pelos seus Gestores à nova situação financeira e orçamentária” (CAPES, 2017, p. 2). Aqui vemos um aspecto que merece ser posto em destaque: na ausência de recursos, mesmo em casos de contingenciamento, o ônus recai individualizado sobre quem pesquisa.

Então, parece inequívoco que o CAPES-Print segue princípios e critérios hegemônicos para estimular o processo de internacionalização da pós-graduação no país. Por outro lado, é necessário reconhecer a importância do estímulo às relações de cooperação entre instituições de ensino e pesquisa em nível internacional, principalmente as públicas, mantendo “em curso relevante interação entre grupos de pesquisa e unidades acadêmicas” (Leher; Santos, 2023, p. 13).

É preciso ressaltar a importância do financiamento público para o trabalho em cooperação, pois, ainda que prevaleçam critérios ranqueadores, o financiamento público por

meio de editais possibilita que instituições públicas fortaleçam suas experiências de cooperação e pesquisa em nível internacional. Este parece ser um aspecto presente nas experiências em curso na área de Serviço Social. A seguir, enfatizaremos aspectos históricos que deram origem à atuação madura da área de Serviço Social na pesquisa e na pós-graduação brasileiras. Esta digressão importa para entendermos a perspectiva ético-política que orienta a contribuição da área nas ações de internacionalização, frente aos desafios postos pelos critérios do CAPES-Print.

Balizas históricas para análise da internacionalização da área de Serviço Social no Brasil

Para iniciarmos esta sessão convém discutirmos abreviadamente dois marcos relevantes do processo sócio histórico do Serviço Social brasileiro, cujas repercussões são estratégicas para a análise do atual processo de internacionalização na área, sendo eles os processos de Renovação do Serviço Social latino-americano e de construção do Projeto Ético-Político.

O primeiro deles é o processo de Renovação do Serviço Social Latino-Americano. No campo dos fundamentos do Serviço Social é importante precisar que, conforme análises de Netto (1998), a Renovação do Serviço Social se constitui como um fenômeno internacional, a partir dos anos 1960, sendo “verificável, ainda que *sob formas diversas, em praticamente todos os países* onde a profissão encontrara um *nível significativo* de inserção na estrutura sócio-ocupacional e articulava algum lastro de legitimação ideal” (Netto, 1998, p. 142, grifos nossos). O autor complementa que “[...] em *escala mundial*, ela (a profissão) experimentou uma profunda inflexão, cujo conteúdo basilar se constituiu justamente na *erosão da legitimidade*⁶ do Serviço Social tradicional” (Netto, 1998, p. 145, grifos nossos).

Como parte integrante do processo de Renovação, a partir da erosão do Serviço Social tradicional, o Movimento de Reconceituação na América Latina⁷ se inscreve “na dinâmica de

⁶ Segundo Netto (1998), no Brasil, até a primeira metade da década de 1960, o Serviço Social brasileiro se constituía com razoável homogeneidade em relação a sua direção teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa, uma vez que a profissão “[...] mostrava uma *relativa homogeneidade* nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria profissional onde parecia imperar, *sem disputas de vulto*, uma consensual direção interventiva e cívica” (Netto, 1998, p. 128).

⁷ Tal movimento permitiu uma “grande união profissional que abriu a via a uma Renovação do Serviço Social. A Reconceituação foi um processo que se esboça em 1965, tendo como objetivo adequar a profissão às demandas de mudanças sociais registradas ou desejadas no marco continental – e que sensibilizavam o Serviço Social pelos mesmos condutos e sujeitos que, internacionalmente forçavam e parametravam alterações profissionais” (Netto, 1998, p. 146-147). Vale destacar que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano teve seu ponto de arranque a partir do I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado em Porto Alegre/RS em maio de 1965, sendo seguido por diversos outros seminários nacionais e latino-americanos (com ênfase no Cone Sul), culminando com uma Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (ALAEETSS) e promovendo intenso debate por meio de publicações diversas da área (Netto, 2005). No entanto, o

rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora” (Netto, 1998, p. 146), que repensa a sociedade e a profissão inserida na dinâmica societária. Na particularidade brasileira, podemos dizer que a Renovação permitiu um “giro” fundamental no Serviço Social que passa a disponibilizar ao mercado “um profissional ‘moderno’, cuja legitimação advém menos de uma (auto)representação humanista abstrata que de uma fundamentação teórico-técnica do seu exercício como Assistente Social” (Netto, 1998, p. 127).

Ao longo das décadas 1960/70, período em que o Brasil expande a modernização conservadora para relações de produção tipicamente monopolistas, ampliando a dependência externa sob uma ditadura empresarial-militar (Fernandes, 1976), o Serviço Social vivencia um processo de contestação de suas bases tradicionais conservadoras, de caráter confessional.

Em meio à crescente contestação do “Serviço Social Tradicional” na América Latina, em particular no Brasil ganharam força na profissão perspectivas associadas à modernização dependente e também críticas a ela. Isto porque a Renovação da profissão, conforme análises incontestáveis de Netto (1998), desenvolveu-se de modo diferencial, cronológica ou teoricamente, em três direções principais: a) *Modernizadora*, a partir da aproximação com o positivismo e a ideologia desenvolvimentista, defendida no contexto da ditadura, no qual o fazer técnico era supervalorizado; b) *Reatualização do Conservadorismo*, de inspiração fenomenológica, focada no indivíduo, nas suas vivências e sentimentos, de tendência intimista e psicologizante, cultura tolerada pela ditadura; e c) *Intenção de Ruptura* com o conservadorismo, sob o suporte da tradição marxista, especialmente a partir de finais dos anos 1970. Netto (1998, p. 136, grifos nossos) avalia que a Renovação do Serviço Social se constitui como:

processo complexo em que rompimentos se entrecruzam e se superpõem a continuidades e reiteraões, é uma *tensão entre vetores de transformação e permanência* – e todos comparecem, em medida desigual e metamorfoseados, na resultante em que, indubitavelmente, predomina o novo.

Desse modo, diante da diversidade e complexidade da Renovação, a partir da mescla entre revitalização do “velho”/arcaico e emergência do “novo em potencial”,

O Movimento de Renovação da profissão [...] *não rompe imediatamente com o projeto conservador no Serviço Social, mas (este) começa a perder a hegemonia* no início dos anos 1980, (com) um novo horizonte para a dinâmica

Movimento de Reconceituação teve seu ponto final no prazo de uma década (1975), sendo duas causas fundamentais para este rompimento: as ditaduras que contiveram firmemente o movimento e a “visível pseudo-união entre os profissionais” (Netto, 1998, p. 148) dos diferentes países da América Latina. Logo, Netto (1998; 2005) nos instiga a interpretar que o Movimento de Reconceituação é a expressão do processo de Renovação e da sua complexidade, sendo “viabilizado na América Latina, sobre o protagonismo do Brasil e de outros países como Chile e Argentina, entre o período de 1965 e 1975” (Duarte, 2019, p. 10).

formação e trabalho profissional como resultado do Movimento de Renovação, especialmente a partir da vertente de *Intenção de Ruptura com o Conservadorismo* [...] (Duarte, 2019, p. 10, grifos nossos).

Netto (2005) explica que este Movimento, mesmo interrompido pela forte censura que predominou no Cone Sul, com as sucessivas ditaduras apoiadas pelos Estados Unidos, deixou um legado decisivo para o Serviço Social latino-americano, que contribuiu para implementação da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. Dentre este legado, ressaltamos como pontos importantes para pensarmos a internacionalização da área: a) a articulação de uma nova concepção de unidade latino-americana, partindo-se das problemáticas comuns da América Latina e da necessidade de uma “unidade construída autonomamente, sem as tutelas confessionais ou imperialistas” (Netto, 2005, p. 11); b) a interlocução crítica com as Ciências Sociais e o reconhecimento do pluralismo, inclusive admitindo as diferentes matrizes teórico-metodológicas da profissão; e, c) a valorização do estatuto intelectual da profissão, abrindo portas para a pesquisa na área e para o amadurecimento das investigações sobre a relação teoria-prática.

O segundo acontecimento relevante para o Serviço Social se insere no processo de retomada do debate da Reconceituação: estamos nos referindo à construção do chamado Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, tendo como anos decisivos para sua construção as décadas de 1980 e 1990, período em que o Estado brasileiro, mediante forte apelo popular, retomou a institucionalidade democrático-burguesa. Superando o atrelamento das instâncias profissionais ao Regime Ditatorial, o Serviço Social brasileiro produziu uma virada em termos de direcionamento ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo.

O Serviço Social brasileiro passa a assumir, enquanto profissão e área de conhecimento, uma posição na qual assistentes sociais/docentes/estudantes devem se reconhecer enquanto parte da classe trabalhadora e, portanto, solidária às demandas e anseios populares. De acordo com Netto (2009), iniciou-se um processo mais substantivo de ruptura com os fundamentos conservadores que procuravam se aliar ao projeto de modernização dependente.

Este processo aproximou o Serviço Social da crítica radical à sociabilidade capitalista e à dominação imperialista. Se na década de 1980 a intenção de ruptura encontrou inconsistências na sua perspectiva de construção de um novo projeto profissional, é importante demarcar que alcançou avanços importantes na década de 1990, consolidando sínteses profissionais fundamentais para direcionar sua atuação profissional e acadêmico-formativa. No âmbito político-institucional, Duarte (2017) destaca marcos legais fundamentais alcançados na década de 1990:

O referido projeto perpassa e concretiza-se, do ponto de vista legal, no Código de Ética (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), nas atuais Diretrizes Curriculares da Formação Profissional (1996), [...] dentre outros [...] esse conjunto contribui e compõe um “alicerce” sólido e progressista para o Serviço Social, resultando da luta da categoria profissional aliada à luta mais ampla da classe trabalhadora (Duarte, 2017, p. 189).

Desse modo, o Serviço Social vem construindo um projeto profissional que se inspira em uma perspectiva progressista, aliada à classe trabalhadora e às suas lutas gerais. Reconhece, a partir de fundamentos teórico-metodológicos e ético-filosóficos, os limites da sociedade capitalista vigente, projetando a perspectiva de “construção de uma nova ordem societária.” (CFESS *apud* Duarte, 2017, p. 189). No âmbito acadêmico, a articulação entre escolas, docentes, discentes; o avanço da pós-graduação e da pesquisa; e as construções coletivas organizadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), resultam do mesmo processo de construção.

A maturidade acadêmica alcançada pelo Serviço Social encontra-se expressa pelo seu reconhecimento como área de conhecimento alcançado a partir de 1980, com a expansão da pós-graduação *stricto sensu*. Destaca-se que os avanços na formação profissional em nível de pós-graduação [...] chancelam essa maturidade acadêmica, via produção de bibliografia consistente, crítica, vasta, plural e contemporânea (ABEPSS *apud* Mendes; Santos; Werlang, 2017, p. 168).

Ante o exposto, podemos afirmar que o Serviço Social brasileiro, enquanto área de conhecimento e enquanto profissão, almeja a solidariedade entre os povos e corrobora a perspectiva de que o conhecimento deve ser compartilhado multilateralmente. Isso significa que a internacionalização, como colaboração acadêmico-formativa é um valor contido no Projeto Ético-Político. Assim também, nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996, p. 11) defende-se a necessidade de “uma constante e atenta análise conjuntural da sociedade brasileira, em sua inserção internacional, tendo em vista o acompanhamento dos processos sociais em curso, geradores das múltiplas manifestações da questão social.” Na mesma direção, Leher e Santos (2023, p. 17), argumentam que a internacionalização da pós-graduação:

[...] não pode ignorar a centralidade dos problemas nacionais e, no plano mundial, dos problemas dos povos, como os desafios das mudanças climáticas, da soberania e da segurança alimentar, das novas pandemias e da superação de manifestações racistas e de outras discriminações, assim como da desigualdade social planetária.

Portanto, a internacionalização na área de Serviço Social incorpora os processos sócio-históricos acima tratados. Isto é, as relações internacionais não se resumem à produção de conhecimentos, mas a incorporam. A noção de unidade latino-americana está presente na

própria construção do projeto profissional, vinculada a uma perspectiva de superação da dependência econômica, da heteronomia cultural, e do imperialismo total (Fernandes, 1976). A pesquisa e o propósito da cooperação internacional estão conectados aos princípios ético-políticos que incorporam uma agenda internacionalista com perspectiva de avanços das lutas gerais das classes trabalhadoras rumo à construção de uma nova ordem social, sem dominação e exploração.

A pós-graduação da área de Serviço Social no Programa CAPES-Print: entre critérios hegemônicos e o internacionalismo ético-político

De acordo com Garcia e Fernandez (2018), a partir da década de 1990 houve um crescimento significativo da pós graduação na área de Serviço Social no Brasil. As autoras mostram que até o final da década de 1980, a área possuía apenas 6 Programas de Pós Graduação (PPG's) *stricto sensu*; entre 1980 e 1990 foram criados mais 6; e mais 15 na primeira década dos anos 2000. Atualmente, no início da terceira década do século XXI, a área conta com um total de 37 PPG's no País, dos quais 22 ofertam cursos de mestrado e doutorado. Este crescimento da área 32 mostra-se compatível com o crescimento da pós-graduação em geral no Brasil. Dados da CAPES do ano de 2022 mostram que houve um crescimento de 37% no número de programas de excelência (conceitos 6 e 7) (CAPES, 2022), somando todas as áreas de conhecimento.

Com relação ao Programa CAPES-Print, dos 37 PPG's da área, apenas 8 foram contemplados. O levantamento de dados desta pesquisa mostra que, dentre os PPG's contemplados, o conceito CAPES dos referidos programas está entre 5 e 7, com predominância do conceito 6. Importante comentarmos que dois dos Programas da área, avaliados com conceitos 6 e 7, não participam do Print. Não podemos precisar as razões desta ausência, mas é fato que o CAPES-Print exigiu que a submissão de propostas vinculasse, no mínimo 4 PPG's, através de um Plano Institucional Internacionalização. Isso significa que não seria possível a adesão individual de qualquer PPG, independente de seu conceito na CAPES. Ainda merece registro o fato de 2 PPG's da Área 32 com conceito 5 terem sido contemplados pelo Print, condizendo com a análise que fizemos na primeira seção sobre as condições institucionais.

Então, o Print induziu interlocuções e aproximações entre distintas áreas de conhecimento de uma mesma instituição. A elaboração das propostas institucionais permitiu agregar PPG's de áreas diversas através da proposição de temas/eixos comuns. Em cada tema, os PPG's poderiam apresentar projetos próprios ou em conjunto com PPG's de outras áreas. Isso significa que há projetos que agregam várias áreas em um mesmo tema.

Percebemos, entretanto, que a associação por temas pode ser problemática. Algumas propostas institucionais para o Print envolveram muitas áreas em um mesmo tema, dificultando a nitidez sobre o papel de cada área na respectiva ação de internacionalização. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por exemplo, o PPG em Serviço Social apresentou um projeto no tema *sustentabilidade, crescimento e combate às desigualdades* e, neste mesmo tema, estão mais 35 PPG's, das mais diversas áreas⁸.

Em síntese, há ricas possibilidades de interlocução e colaboração entre os PPG's de uma mesma IES e de áreas afins, mas, por outro lado, devemos considerar que há uma ameaça a investigações específicos de algumas áreas, as quais podem ser diluídas ou esvaziadas em prol da captação de recursos para a internacionalização. Além disso, a hierarquia que se produz por meio dos rankings de avaliação tende a se reforçar neste formato, uma vez que programas com maiores conceitos devem “puxar a fila” na elaboração de temas e projetos submetidos a Programas como o Print.

Outro aspecto importante revelado pela pesquisa é a significativa prevalência de universidades públicas dentre as contempladas pelo Print. Tanto no geral, quanto na área de Serviço Social, pelo menos dois terços das instituições são públicas estatais (Quadro 2). Este dado corrobora com Leher e Santos (2023), quando afirmam que, no Brasil, a maior parte da pesquisa de excelência é realizada nas universidades públicas, junto à pós-graduação. Considerando que o Print é financiado a partir do Orçamento Geral da CAPES⁹, isto é, com recursos públicos providos pelo Ministério da Educação, é essencial demarcar a importância da destinação de recursos públicos para o fortalecimento das instituições e serviços públicos.

⁸ Administração, Arquitetura, Artes Visuais, Astronomia, Ciências Contábeis, Comunicação, Direito, Economia da Indústria e da Tecnologia, Educação, Educação em Ciências e Saúde, Engenharia Biomédica, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia de Sistemas e Computação, Engenharia de Transportes, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Metalúrgica e de Materiais, Engenharia Oceânica, Engenharia Química, Engenharia de Processos Químicos e Bioquímicos, Filosofia, Física, Informática, Letras (Ciência da Literatura), Letras (Letras Vernáculo), Letras Neolatinas, Linguística, Lógica e Metafísica, Matemática, Planejamento Energético, Planejamento Urbano e Regional, Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social, Urbanismo (UFRJ, 2018).

⁹ Conforme o Edital 41/2017: “2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS 2.1. Os recursos destinados a este Edital, no presente exercício, correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral da Capes, previstas no Programa Institucional de Internacionalização, Fonte 0112 – Ação 0487 – Concessão de bolsas de estudos no Ensino Superior. 2.2. As despesas nos exercícios subsequentes correrão à conta dos respectivos orçamentos, conforme legislação aplicável e de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da Capes” (CAPES, 2017).

Quadro 2: Instituições no CAPES-Print por Natureza Jurídica.

Nat. Jurídica	Geral		Serviço Social	
Públicas	31	86%	6	75%
Privadas	5	14%	2	25%
Total	36	100%	8	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de CAPES (2020b).

Passando a outro aspecto da nossa análise, qual seja a distribuição regional, vemos que os critérios e indicadores do Print reforçam distorções causadas pelo desenvolvimento desigual no país. A alta concentração de Instituições de Ensino Superior (IES) e de Institutos de Pesquisa (IP) contemplados na Região Sudeste, seguido pela Região Sul, indica ausência de esforços no sentido de corrigir desigualdades regionais existentes na pós-graduação. No Quadro 3, vemos que pelo menos 75% das propostas financiadas pelo Print estão concentradas nas regiões Sudeste e Sul, seja em geral ou especificamente na Área 32. A esse respeito, concordamos com Leher e Santos (2023) quando criticam a aferição do mérito acadêmico a partir dos critérios adotados, considerando que estes tendem a reforçar desigualdades, e não o contrário.

A metodologia de cálculo exacerba a desigualdade, pois não basta ser excelente; é preciso alcançar percentual elevado de indicadores de instituições que já ocupam a liderança do ranking. A utilização da mesma métrica para aferir a influência internacional dos países a partir dos rankings *apaga contrastes marcantes* (Leher; Santos, 2023, p. 14, grifos nossos).

Sobre os *contrastos marcantes apagados* por esta lógica, no Quadro 3 vemos que nenhuma instituição da região Norte brasileira teve proposta deferida pelo Print. Este é, sem dúvidas, um dado alarmante e preocupante. As instituições sediadas na Amazônia, uma região imensa e muito importante, não contam com recursos do Programa. Isso significa que o estímulo a parcerias internacionais em pesquisa e pós-graduação no Brasil reforçam contrastes regionais, ao invés de buscar corrigi-los.

Quadro 3: Distribuição IES/IP no Print por Regiões Brasileiras (Geral e Área 32-Serviço Social).

Região	Geral		Área 32	
Sul	8	22%	2	25%
Sudeste	20	56%	4	50%
Centro Oeste	2	5,50%	1	12,50%
Nordeste	6	16,50%	1	12,50%
Norte	0	0	0	0
Total	36	100%	8	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de CAPES (2020b).

Avançando na análise dos dados, notamos que a área de Serviço Social também acompanha a tendência geral requisitada pelo Print quanto à escolha de países para realização de parcerias internacionais. A maioria dos temas que envolvem PPG's da área de Serviço Social no Print é realizada mediante projetos de cooperação com instituições sediadas em países considerados estratégicos/prioritários. A título de exemplo, aproximadamente 60% das ações que envolvem a área 32 no Print se conectam a instituições da Europa e da América do Norte (Quadro 4).

Como consta na primeira seção deste artigo, dentre os requisitos para submissão de propostas ao Print, definiu-se que “[...] ao menos 70% dos recursos devem (sic) ser destinados às parcerias com instituições de países com os quais a Capes mantém cooperação efetiva (listados no Anexo I)” (CAPES, 2017, p. 5). No Quadro 1, vimos que o referido Anexo lista o que, de acordo com o Relatório de Execução do Print (2020b), seriam países estratégicos prioritários. A análise mostra que a maioria dos países estratégicos e prioritários são de desenvolvimento capitalista avançado, notadamente Europa Ocidental e Estados Unidos.

A esse respeito, convém retomarmos brevemente uma discussão com base em Florestan Fernandes (1976; 2010) e em Leher e Santos (2023). Para Fernandes (1976) a forma de associação dependente do Brasil ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países de desenvolvimento avançado no capitalismo implica uma permanente posição subordinada e heteronômica. Leher e Santos (2023) corroboram essa assertiva ao analisarem a associação dependente no âmbito das escolhas “estratégicas” em termos de internacionalização da educação superior:

[...] a internacionalização das universidades é indissociável das revoluções burguesas e dos projetos de futuro empreendidos pelos blocos de poder. Ignorar essas mediações é uma forma de negacionismo sobre o significado do sistema de Estados que conforma o imperialismo atual. É inequívoco que os

indicadores [...] são congruentes com as práticas já estabelecidas nos países do núcleo hegemônico [...]. As experiências brasileiras possuem lastros virtuosos com as relações acadêmicas internacionais, mas são frágeis pelas bases heterônomas de tais interações (Leher; Santos; 2023, p. 17).

Segundo Fernandes (2010, p. 216): “As Universidades nos países dependentes concorrem para preservar formas de subordinação cultural existentes (‘elos de assimilação à cultura hegemônica’) e propor adaptações mantenedoras da posição heterônoma [...]”. Assim, entendemos que a crítica à posição do país na geoeconomia política mundial é um pressuposto para se pensar a internacionalização sob uma perspectiva estratégica. Neste sentido, a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação deve estar conectada às prioridades de desenvolvimento balizadas por um projeto nacional soberano, o que pressupõe como horizonte estratégico a superação da condição dependente e heterônoma.

O que identificamos nos documentos elaborados no âmbito do Print, ao contrário disso, é a busca irrefletida de associação aos modelos de desenvolvimento hegemônicos. No Autodiagnóstico publicado pelo Grupo Gestor do Print em 2021, por exemplo, afirma-se que: “Maturidade científica e reputação de classe mundial constituem um importante e necessário passo para o domínio tecnológico e a soberania da nação brasileira no cenário internacional” (CAPES, 2021, sem paginação). Concordando com a análise de Leher e Santos (2023), entendemos que a mera busca pela reputação “world class university” pode se expressar contraditória e antagonica à expressão *‘passo para a soberania da nação brasileira em cenário internacional’*.

Logo, nossa posição é de que a internacionalização da pós-graduação não deve privilegiar a cooperação com instituições sediadas em países centrais do capitalismo, como ocorre no Print. Na verdade, dever-se-ia considerar estímulos à cooperação solidária também com países periféricos e dependentes na geoeconomia política mundial. Da mesma forma, deve-se valorizar e priorizar a pesquisa em cooperação com Instituições da região Amazônica, por exemplo, adotando-se uma perspectiva de partilha e produção de conhecimento que não se reduzam às ilhas de excelência “de classe mundial”. Nas palavras de Leher e Santos (2023, p. 18, grifos nossos): “[...] mais do que associar a internacionalização da pós-graduação aos problemáticos rankings, uma estratégia exitosa de internacionalização *deveria estar ancorada em projetos nacionais*”.

Quadro 4: Países Parceiros CAPES-Print (Área 32 - Serviço Social).

Continente		Qt.	Perc.	Países
África		2	6%	África do Sul, Moçambique
América	Norte	3	8%	Canadá, Estados Unidos, México
	Central	1	3%	Cuba
	Sul	4	11%	Argentina, Chile, Colômbia, Uruguai
Ásia		6	17%	China, Coreia do Sul, Índia, Japão, Paquistão, Timor Leste
Europa		17	49%	Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Escócia, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal , Inglaterra, Rússia, Suécia, Suíça
Oceania		2	6%	Austrália, Nova Zelândia
Total		35	100%	

Fonte: Elaboração própria com base em informações do CAPES-Print e dos PPG's da Área de Serviço Social.

O Quadro 4 mostra que, nas ações da área de Serviço Social no Print, há parcerias com países além dos considerados prioritários. Isso pode indicar que a perspectiva internacionalista construída pelo Serviço Social se expressa como um aspecto de resistência, sobretudo em termos de uma solidariedade latino-americana. Observando os temas e projetos que incluem PPG's da área 32, vemos que boa parte abrange países do Cone Sul, como Argentina, Chile e Uruguai. Em nosso entender, tais experiências se conectam ao lastro histórico recente da profissão em nível nacional e latino-americano. O quadro 4 mostra, também, que há parcerias com Cuba, e com China, Índia e África do Sul, integrantes dos BRICS¹⁰, o que sugere uma aproximação estratégica nos termos refletidos acima. Assim, acreditamos que a Área pode atuar ampliando e ressignificando o sentido “estratégico” e “prioritário” colocado pelo Edital do Print.

Ainda quanto às parcerias dos PPG's da área 32, destacamos que um número considerável de países parceiros tem como primeiro idioma o português. Isso significa que o idioma tende a ser um fator que aproxima parcerias na área, representando também uma postura resistente e contra-hegemônica. De acordo com Knobel *et al.* (2020, p. 676), o idioma inglês é visivelmente prioritário nas ações de internacionalização hegemônicas, o que se coloca tanto como obstáculo

¹⁰ De acordo com sua página oficial: “O BRICS é um agrupamento formado por onze países membros: Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã. Serve como foro de articulação político-diplomática de países do Sul Global e de cooperação nas mais diversas áreas” (BRICS Brasil, 2024).

para o acesso a ações de internacionalização, haja vista os testes de proficiência, quanto, por consequência, como fator que acentua desigualdades.

Em síntese, consideramos que as análises apresentadas sobre a internacionalização da área de Serviço Social no CAPES-Print indicam que os critérios do Programa prevalecem no sentido de direcionar os trabalhos de cooperação internacional, sob a perspectiva hegemônica de internacionalização. Por outro lado, observamos que a presença da área de Serviço Social é viva e latente, e que tende a conectar-se estrategicamente a princípios construídos pelo acúmulo coletivo da profissão, no sentido da solidariedade latino-americana e entre países de economia dependente, principalmente os de idioma lusófono. Diante do exposto, concordamos com a análise de Duarte (2020) de que é preciso problematizar a totalidade da profissão a partir da sua localização sócio histórica na sociedade capitalista dependente brasileira. Por isso,

Há que se pensar na agenda da internacionalização para o Serviço Social considerando: as diferenças e as particularidades da profissão, incluindo, aqui, as diferentes concepções em nível mundial, sua trajetória e protagonismo histórico e teórico-metodológico na América Latina e no Caribe; as distinções com outras áreas; e suas experiências; a afinidade teórico metodológica crítica; os desafios atuais no campo das políticas sociais, dentre outros (Duarte, 2020, p. 105-106).

Portanto, concluímos que, de forma crítica e reflexiva, é possível acreditar na contribuição estratégica da internacionalização realizada pela área de Serviço Social, entendendo que “a universidade só aparece e se afirma historicamente como ‘fator de desenvolvimento’, quando concorre para a negação e a superação desse *status quo*” (Fernandes, 2010, p. 216).

Considerações Finais

Neste artigo discutimos que a internacionalização da pós-graduação está conectada com a geoeconomia política e com as estratégias hegemônicas que tentam contornar a atual crise estrutural do capitalismo. Entendendo a particularidade brasileira enquanto uma economia dependente e analisamos que esta realidade repercute nas prioridades da CAPES para o fomento das ações de cooperação internacional. Assim, o Print tende a expressar a perspectiva hegemônica que não problematiza a condição dependente, o que distancia a possibilidade de se desenvolver ações de cooperação em sentido estratégico, visando a superação desta condição.

Sobre o Serviço Social, enquanto área de conhecimento, enfatizamos que este agrega a herança ético-política e teórico-metodológica de sua construção histórica recente no Brasil. Com isso, analisamos que algumas ações de cooperação podem incorporar, crítica e estrategicamente, iniciativas importantes para uma perspectiva de internacionalização solidária

e pautada no anseio por um projeto nacional de desenvolvimento autônomo e soberano. Todavia, é preciso reconhecer que estas iniciativas são subordinadas aos critérios do Print.

Por fim, esperamos que o compartilhamento das aproximações de nossa pesquisa possa estimular outros estudos e reflexões que se debrucem sobre o tema da internacionalização no Serviço Social. Em especial estudos que, como o nosso, ressaltam o acúmulo da área em uma direção estratégica e internacionalista do trabalho em cooperação.

Referências bibliográficas

- ABEPSS. *Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro, novembro de 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 31/03/2025.
- BRICS Brasil. Sobre o BRICS. *BRICS Brasil 2025*, 12 dez. 2024. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics>. Acesso: 21/07/2024.
- CAPES. *Programas de excelência crescem 37% na pós-graduação*. Brasília: CAPES, 2022, *on line*. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/programas-de-excelencia-crescem-37-na-pos-graduacao>. Acesso em: 21/07/2024.
- CAPES. *Autodiagnóstico: PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INTERNACIONALIZAÇÃO (CAPES-PRINT)*. Brasília: CAPES, 2021, *on line*. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/diretoria-de-relacoes-internacionais/print/Autodiagnostico_Internacional_Institutuc_GrupoGestor_mai21.pdf. Acesso em: 28/03/2025.
- CAPES. *Guia para Aceleração da Internacionalização Institucional com foco na Pós-graduação Stricto Sensu*. Brasília: CAPES, 2020a. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23122020_Guia_para_Aceleracao_da_Internacionalizacao_Institucional.pdf. Acesso em: 18/07/2024.
- CAPES. *Relatório de execução*. Programa institucional de internacionalização (CAPES-Print). Brasília, agosto/2020b. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/diretoria-de-relacoes-internacionais/print/Relatorio_Parcial_CAPESPrInt_bolsas_out2020.pdf. Acesso em: 21/07/2024.
- CAPES. *Grupo de Trabalho Internacionalização: relatório e recomendações*. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-internacionalizacao-pdf>. Acesso em: 21/07/2024.
- CAPES. *EDITAL nº. 41/2017 – Programa Institucional de Internacionalização Capes/PrInt*. Brasília: CAPES, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10112017Edital412017InternacionalizacaoPrInt2.pdf>. Acesso em: 21/07/2024.
- CAPES. *Para que serve a avaliação da Capes*. Brasília: CAPES, 2007, *on line*. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Artigo_18_07_07.pdf. Acesso: 16/07/2024.
- DIERCKXSENS, W.; PIQUERAS, A. (ORGS). *O capital frente ao seu declínio*. Fim da unipolaridade global: transição para o pós-capitalismo? 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

- DUARTE, J. L. do N. *Educação Superior e Trabalho Docente no Serviço Social: processos atuais, intensificação, produtivismo e resistências*. 1. ed. Curitiba/PR: Editora e Livraria Appris, 2020.
- DUARTE, J. L. do N. Potencialidade dos fundamentos para uma formação crítica do assistente social. *Anais do 7º Encontro Internacional de Política Social e do 14º Encontro Nacional de Política Social*. Vitória: UFES, 2019, p. 1-15. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/25768>. Acesso em: 04/05/2025.
- DUARTE, J. L. do N. Notas sobre o Projeto Ético-Político Profissional: fundamentos, construção e desafios. *Revista Em Pauta*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 39, p. 176-200, 2017. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/30382> Acesso em: 19/07/2024.
- FERNANDES, F. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. Prefácio Maria Arminda do Nascimento Arruda – São Paulo: Globo, 2010. (E-book).
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- GARCIA, M. L. T. FERNANDEZ, C. B. Graduação e pós-graduação em Serviço Social no Brasil. *Textos & Contextos*. Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 262 - 275, ago./dez. 2018.
- KNOBEL, M.; LIMA, M. C.; LEAL, F. G.; PROLO, I. Desenvolvimentos da internacionalização da educação superior no Brasil: da mobilidade acadêmica internacional à institucionalização do processo na universidade. *ETD- Educação Temática Digital Campinas*. São Paulo, v.22 n.3 p. 672-693 jul./set. 2020.
- LEÃO, B.N.F.; NOGUEIRA, F. A.; CASTRO A.M.D.A. Internacionalização da Pós-Graduação no Brasil: o Programa CAPES-Print (2018-2022). *Rev. FAEEBA - Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 33, n. 73, p. 91-107, jan./mar. 2024. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v33n73/2358-0194-faeeba-33-73-0091.pdf>. Acesso: 01/12/2025.
- LEHER, R.; SANTOS, M. R. S. Geoeconomia política do conhecimento e os desafios para a internacionalização da pós-graduação. *Argumentum*. Vitória, v. 15, n. 2, p. 8-21, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/40987/28048>. Acesso: 14/03/2025.
- MENDES, J. M. R.; SANTOS, A. M.; WERLANG, R. Pós-graduação em Serviço Social no Brasil: há uma pedra no caminho. *Revista Katalysis*. Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 165-174, maio/ago. 2017.
- MOREIRA, C. R. B. S.; RIBEIRO, M. P. A internacionalização da Educação Superior: como o tema é tratado pelo campo da Educação? *Pro-Posições*. Campinas/SP. V. 33. 2022.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil* pós 64. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- NETTO, J. P. III CBAS: Algumas referências para sua contextualização. In: CFESS (Org.). *30 anos do congresso da virada*. CFESS: Brasília, 2009, p. 15-42.
- NETTO, J. P. O movimento de reconceitualização: 40 anos depois. *Serviço Social & Sociedade*. nº 84, Ano XXVI. São Pulo: Cortez. Novembro de 2005.
- UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Proposta Institucional CAPES-Print – UFRJ*. Rio de Janeiro: CAPES/UFRJ, 2018. Disponível em: http://app.pr2.ufrj.br/public/uploads/repositories/Projeto_Institucional_Internacionalizacao_Gerado_26Mar19.pdf. Acesso em: 21/07/2024.